



FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A ESCOLA

Laryssa Mota Guimarães Rocha¹
Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna²

RESUMO

*O presente artigo busca investigar o contexto de espaços formativos como a Universidade e a Escola, instituições sociais cujo papel parece central no contexto das definições de políticas públicas no Brasil, bem como nos países desenvolvidos. O tema a ser desenvolvido é aspecto do projeto de pesquisa Capital Humano e Formação para o Trabalho. Pretende-se compreender no que tange a formação do professor de Educação Física, como entender a modificação curricular por que passam os cursos de Educação Física, particularmente na FEF/UnB. O quadro teórico tem como central componentes de formação/educação, a Educação Física Escolar e políticas públicas educacionais. A pesquisa tem **abordagem qualitativa**, tendo como delineamento **estudo de caso** (FEF-UnB). Como técnica de investigação utiliza-se entrevista realizada com professores – formados da instituição, além de consultas a documentos institucionais e a legislação educacional. A pesquisa encontra-se em andamento e os resultados parciais – construídos a partir dos documentos atualizados – apontou que a formação do licenciado no quadro das políticas educacionais estabelecidas (entre 1996 e 2010) tende a uma formação restritiva em termos do conhecimento e da atuação profissional. A pesquisa analisa o currículo de Educação Física desde a Constituição de 1937 até as atuais DCN's (Diretrizes Curriculares Nacionais), procurou-se observar quais as influências o currículo de Educação Física recebeu de acordo com as necessidades do Estado. Observou-se que em um primeiro momento a Educação Física vem a atender as demandas do Estado e após uma série de discussões por profissionais tanto da*

1 Bolsista IC/CNPq

Universidade de Brasília

laryssamota@hotmail.com

2 Orientadora

Universidade de Brasília

dulce@unb.br



Educação quanto da Educação Física modificações nestes currículos foram ocorrendo, modificações muitas vezes pequenas, mas que representaram um avanço para os professores que a encaram como uma importante disciplina para a transformação social, caráter que busca-se obter dentro da Escola.

Palavras-chave: Educação Física, Formação Humana e Escola

Esta pesquisa tem como objetivo saber que professores a Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília estão sendo formados desde sua fundação (1974). Se o percurso dos professores formadores, diante do quadro político ao qual a Educação Física brasileira se situa, vêm se modificando de acordo com as necessidades do contexto histórico ao qual está inserida e desse modo analisar a influência na carreira dos futuros professores.

Para a realização da pesquisa foi necessário um breve resgate da história da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, através da consulta a professores fundadores e materiais da própria faculdade. Realizou-se também uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a Educação Física e a Escola. Foram utilizados matérias desde legislações (Constituições Federais, DCN's, LDBN) até a consulta à literatura de autores conceituados que discutem a Educação, a Educação Física e a sociedade. Completando com a análise de entrevistas semi-estruturada, aplicada a 10 de professores da FEF-UnB, escolhidos por sorteio.

APRESENTAÇÃO

Para isso serão apresentados os principais momentos históricos sobre a inserção da Educação Física no Brasil, enquanto Disciplina Escolar, como se deu a formação dos primeiros professores atuantes na área e enfim tentar compreender a partir de um resgate histórico sobre a fundação da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, a quantas anda o processo de formação inicial dos futuros docentes graduados pela FEF-UnB.

Então para compreendermos a Educação Física como um objeto de muito valor dentro na área educacional, é necessário que a encaremos como um saber humano. Pensando a Educação Física como essencial no papel da Formação Humana, devemos levar em consideração que, segundo Rodrigues (2001), a formação humana resulta de um ato intencional, que transforma a criatura biológica em um novo ser, um ser de cultura. Esse ato denomina-se Educação. Sendo então a Educação, um ato intencional imposto de fora sobre um indivíduo que deve ser formado como ser humano. Para tratar a Educação Física enquanto saber humano essencial para situá-los historicamente e culturalmente objetivando uma transformação social, SAVIANI (1991) complementa:

“o saber produzido historicamente, reconhecendo suas condições de produção, principais manifestações e atuais transformações. A conversão do saber objetivo em saber escolar, para que seja assimilável pelos alunos nos espaços e tempos escolares. E que não assimilem somente enquanto



resultado, mas como processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação” (SAVIANI, 1991 apud SHIMIZU, p.65, 2008).

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS

A partir deste momento se fará um apanhado histórico de como a Educação Física se inseriu no Brasil não somente enquanto disciplina escolar, como também enquanto formadora de professores. Com o objetivo de compreender como ela surge, para atender as quais interesses e que rumo ela veio tomando. Para entender então, as influências que essas raízes acarretaram nos cursos de Formação de Professores de Educação Física, especificamente da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília.

A Educação Física enquanto disciplina escolar surge no Brasil em um período político muito importante, onde o Estado preocupava-se em formar uma sociedade com indivíduos “fortalecidos” e saudáveis, onde se via na força física, na energia física determinada força de trabalho, que resultaria em mercadoria a ser vendida, com isso estariam aptos a contribuir economicamente com o país (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Então o Estado através do Exército Militar que sofria influências da corrente filosófica positivista, une-se em seus anseios por um progresso de um país jovem. Nesse momento o Estado percebia nas escolas, a Educação Física como um meio de “(...) tratar, com maior empenho possível, do nosso aprimoramento racial, do robustecimento do nosso povo”, desse modo foi encarregada do preparo físico dos futuros trabalhadores. Assim, assume perante o Estado um essencial papel de eugeniização da raça (CASTELLANI, 1994).

Para formar estes cidadãos, fica a cargo das instituições militares formarem os primeiros professores civis de educação física, atuando num sentido de disciplinar a sociedade através da atividade física. Assim, na intenção de formar através da Educação Física, jovens com o espírito nacionalista foi implantado na Constituição de 1937 a inserção da Educação Física como disciplina obrigatória nas Escolas.

“Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.” (Constituição de 1937)

Ressaltamos que apesar da obrigatoriedade da Educação Física nas Escolas ainda não existiam instituições de ensino superior para não militares, formadoras de professores de Educação Física. Onde apenas quem atuava nas escolas, eram os instrutores formados por instituições militares. Até que tardiamente, visto a urgência de Professores licenciados especificamente em Educação Física, cria-se a primeira Escola Civil em 1939 (Brasil, Decreto-lei nº 1212/39 apud. COLETIVO DE AUTORES, 1992)

Segundo Melo (2007), alguns dos primeiros professores da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), a Escola Civil citada anteriormente, foram formados no Centro Militar de Educação Física, um curso provisório de formação. Desse modo, pouco antes da Constituição de 1937, em 1929 o governo realizou o



primeiro investimento com a habilitação dos primeiros professores especializados em Educação Física em convênio com a prefeitura do Distrito Federal.

No entanto, enquanto em um momento, na Constituição de 1937 via-se o governo focado no adestramento de seu povo para a defesa da pátria, na Constituição de 1946 nos deparamos com outro panorama. Agora o governo preocupa-se prioritariamente em expandir seu mercado, e para investir nas suas empresas e indústrias são necessários indivíduos capazes (fisicamente), mão-de-obra esta, que viria a assegurar sua industrialização.

Então se observa que a Educação Física é deixada um pouco de lado nesta nova Constituição (de 1946), pois no momento em que esta se refere à Educação (TÍTULO VI: *Da Família, da Educação e da Cultura*), não há nada que trate da Educação Física em específico, como ocorrido na Constituição anterior (de 1937). Porém, como o foco era de preparar os indivíduos para o mercado e gerar uma mão-de-obra efetiva, a Educação Física vem com esse caráter quando é referida da Lei Orgânica do Ensino Agrícola no Decreto-lei 9613/46:

“**Art. 18.** Os alunos de qualquer dos cursos de formação serão obrigados as práticas educativas seguintes:

a) Educação física, obrigatória até a idade de vinte e um anos; “

(Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946; TÍTULO III, CAPÍTULO I, Art. 18)

E esse caráter essencialmente focado na preparação profissional, só se confirma quando dada a atenção as *FINALIDADES DO ENSINO AGRÍCOLA*:

“**Art. 2º** O ensino agrícola deverá atender: (...)”

2. Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acôrdo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra.”

(TÍTULO II, CAPÍTULO I, Art. 2)

Deparamos-nos então com uma Educação Física voltada a auxiliar outros cursos de formação, sem uma função em si, que lhe fosse própria. Assumindo um papel que se caracterizava por contribuir por meio do preparo físico destes futuros trabalhadores, vindo então, a assegurar o processo de industrialização do país.

Esta “Educação Física da Classe Trabalhista” como denominou o Major Inácio Rolim (Diretor da Escola Nacional de Educação Física) já tinha sido concebida em 1941, quando ele descreve uma Educação Física que viria a assumir uma função compensatória. Onde a partir das atividades físicas (desportos, jogos...) seria possível tornar os trabalhadores que exerciam longas e desgastantes jornadas de trabalho, mais alegres, fortes e saudáveis, conseqüentemente com uma maior disposição adquirida, poderiam alcançar um maior e melhor resultado, capazes de “(...) competir com elegância e triunfar com energia” (CASTELLANI, 1994).

Porém, a partir da Constituição da República Federativa de 1967 toma-se um novo olhar para a Educação Física, pois até então, como fora apresentado anteriormente, pôde-se observar que dentre as Constituições anteriores, a Educação Física só recebeu destaque na Constituição de 1937, onde mesmo assim, vinha a atender interesses do governo, ao ser utilizada como um aparelho de manutenção e “moldamento” do povo.

A Educação Física em 1937 começou a ganhar seu espaço devido a obrigatoriedade da disciplina nas escolas, onde surge a urgente demanda de formação de



professores. Como vimos estes professores vinham sendo formados por militares e médicos higienistas e foi então na Constituição de 1967 que se passa então a exigir um currículo mínimo para a formação docente em Educação Física. Logo no *TÍTULO I; CAPÍTULO II; Artigo 8º (XVII, q)* da Constituição de 1967, o Estado coloca na responsabilidade da União legislar sobre diretrizes e bases da educação e normas gerais sobre o desporto.

E só em 1969 que são publicados pelo CNE - Conselho Nacional de Educação - os documentos que legitimam a formação do Licenciado em Educação Física. A Resolução nº 69 de 06 de Dezembro de 1969 do com base no Parecer nº 894, de 02 de Dezembro de 1969, fixava o currículo mínimo dos cursos de formação docente em Educação Física, carga horária das disciplinas (1.800 horas/aulas) e duração do curso (mínimo de 3 anos e máximo de 5 anos), com disciplinas comuns a todas as licenciaturas; dentre elas a disciplina Estágio Supervisionado.

O currículo mínimo era constituído pelas seguintes matérias:

1 – Matérias básicas:

- 1.1 - Biologia
- 1.2 - Anatomia
- 1.3 - Fisiologia
- 1.4 - Cinesiologia
- 1.5 - Biometria
- 1.6 - Higiene

2 – Matérias profissionais

- 2.1 - Socorros Urgentes
- 2.2 - Ginástica
- 2.3 - Rítmica
- 2.4 - Natação
- 2.5 - Atletismo
- 2.6 - Recreação
- 2.7 - Matérias pedagógicas de acordo com o Parecer 672/69.
(BRASIL, CFE, Resolução nº 69 de Novembro de 1969).

Analisando este primeiro currículo legalmente difundido para a Educação Física, inicia-se a discussão. Observamos que as disciplinas predominantes se situam na área biomédica, sendo que a Educação Física devia caracterizar-se principalmente pela área pedagógica por ser um curso de Licenciatura. Este dado provocou a inquietação de vários professores, gerando discussões a esse respeito.

Então, esse quadro não permaneceu assim. Tais discussões desencadearam em 1987, a aprovação do Parecer do Conselho Federal de Educação nº 215/87. Este parecer tratou da “reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo” (BRASIL, CFE, 1987). De acordo com este parecer, a formação dos profissionais de Educação Física seria feita em curso de graduação que conferiria o título de Bacharel e/ou Licenciado em Educação Física, o curso passou a ter a duração mínima de 4 anos e máxima de 7 anos, compreendendo uma carga horária mínima de 2.880 horas-aula. Possibilitava a aquisição integrada de conhecimentos e técnicas que permitiriam a atuação nos campos da Educação Escolar e Não-Escolar (academias, clubes, centros comunitários...). Estes currículos seriam divididos em duas partes: 80% de Formação Geral (humanística e técnica) e 20% de



Aprofundamento Geral, sendo que na Formação Geral 80% deveriam ser dedicados às disciplinas vinculadas ao Conhecimento Técnico (Art. 4; § 2º).

Mais uma vez, reforça-se a dimensão tecnicista-biologicista da Educação Física, em detrimento dos Conhecimentos Filosóficos, Do Ser-Humano e Da Sociedade, que eram de responsabilidade da parte humanística da Formação Geral previsto no Parecer nº 215/87. Estes conhecimentos que tiveram seus valores minimizados – apesar do avanço de terem conquistado seu espaço – intencionalizavam os estudos na reflexão do homem na sociedade, no nível da práxis relacionavam a existência do profissional de Educação Física dentro dos contextos das realidades sociais, políticas, econômicas, fazendo-o se entender enquanto sujeito histórico (BRASIL, CFE, Resolução nº3, 1987).

Em meio essas discussões, Castellani (1992), ao escrever sobre o “novo” panorama da Educação Física ao qual a Educação Física permeava, afirmava ser notório neste período, a presença de elementos configurativos de uma teoria da Educação Física articulados em torno de uma perspectiva que se entedia, de fato, estruturalmente nova. Com isso havia a intenção de superar a visão a-histórica de Homem e de sua motricidade, onde se acreditava que “as aptidões e as propriedades que caracterizam o Homem (...) são formadas ao longo da vida, pela assimilação da cultura criada pelas gerações precedentes”(LÉONTIEV apud. CASTELANNI, p. 124, 1992).

Castellani (1992) completa, que nesta perspectiva, altera-se a compreensão da natureza da atividade corporal, que passa a ter o locus de predominância situado na dimensão histórico-social e não mais na biológica. Então, os elaboradores e defensores certos desta perspectiva que a superação do eixo paradigmático da aptidão física, na Educação Física por aquele que pode ser denominado de histórico social, poderiam acarretar uma revolução na Educação Física transformando a sua prática pedagógica.

Conforme vimos, Castellani (1992) levou um olhar para o conjunto de mudanças ocorridas na Educação Física após a reforma curricular proposta em 1987, momento este em que se ampliavam as possibilidades de qualificação de seus especialistas, que buscavam programas inerentes as Ciências Humanas.

Então estes novos professores que vinham se formando dentro de uma perspectiva mais social, uniram-se na busca de uma Educação Física que originasse dentro de suas competências a transformação do ser humano a partir do processo educativo. Ferreira e Neto (1999) ao falarem dos objetivos de uma organização curricular ressaltam que é necessário compreender o trabalho como dimensão social, cultural e pedagógica, e ser capaz de criar e recriar, na especificidade de sua ação educativa, novos conhecimentos e aplicá-los rumo à transformação da sociedade (Art. 2º da CCEP/FEF/UFG n.º 393/95).

A Educação Física estava diante de novas concepções, porém não homogêneas (ainda era muito forte os grupos de uma ideologia mais conservadora no campo da Educação Física), que refletiram no direcionamento que nortearia a próxima reforma curricular para os cursos de Licenciatura em Educação Física. Aconteceu então, somente em 2002, após a criação do Conselho Nacional de Educação em 1995 (no Governo de Fernando Henrique Cardoso), onde a partir da Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN'S) para o Ensino Superior cria-se o parecer nº138/2002. Isso se deu a partir da promulgação, em 1996, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Nesse momento, profissionais da educação e outras associações e



sindicatos que compõem essa esfera de trabalho, diante dos problemas da legislação vigente, discutem a nível nacional sobre a tradição tecnicista construída em torno de um tipo de formação profissional (MUÑOZ, et.al. 2006).

Tradição tecnicista esta, que está arraigada nas Universidades Públicas, desde a época do Presidente Getúlio Vargas, que, segundo Castellani (1994) via na Educação um elemento não só eficaz, mas até decisivo na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendiam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as nossas inspirações cívicas, em que a política educacional era voltada a valorização do ensino profissional.

Esta Reforma Curricular pela qual o currículo de Educação Física veio a passar, se deu a partir dos Pareceres do CNE/CP 009/2001 e 27/2001, Homologados pelo Ministério da Educação que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Enquanto em um momento anterior foram apontadas as características gerais dos cursos de Licenciatura do Brasil, em 2002 o curso de Educação Física tem um considerado avanço com a criação de uma legislação própria para os cursos de Licenciatura Plena em Educação Física. Coube às comissões de especialistas vinculadas à Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESu/MEC) se responsabilizarem pelas discussões que elaborariam as DCN's específicas da Educação Física.

Foram então, apresentadas pelo Conselho Nacional de Educação as Resoluções nº 01/02, nº 02/02, que foram promulgadas nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2002, respectivamente. Representando grande mudança na reorganização do Ensino Superior na área da Educação Física Escolar. Assim, a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 (nº 02/02), estabeleceu um mínimo de 2800 (duas mil e oitocentas) horas, integralizadas em 3 (três) anos letivos, para os cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, onde a respectiva carga horária deveria ser composta por: Práticas de Ensino; Estágios Supervisionados; Atividades Acadêmico-Científico-Culturais; Aulas propriamente ditas.

A Educação Física estava em constante discussão, sendo assim, dois anos depois são instituídas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física em nível superior de graduação plena. A Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004, que segundo Muñoz et. al (2006) foi decorrente de disputa de poder alavancada por segmentos da Educação Física que defendem concepções e práticas profissionais diferenciadas (Licenciatura e Bacharelado).

A Educação Física estava sendo muito estudada, em ascendente crescimento e ascensão pelas Universidades Públicas do país. E a Universidade de Brasília acompanhou este processo, vindo a incorporar o Curso de Educação Física, logo em 1974. Vamos entender como este processo de mudanças de Diretrizes Curriculares Nacionais veio a refletir no currículo oferecido pelo curso.

EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



Visto os aspectos gerais sobre como se constituiu a Educação Física no Brasil, enquanto disciplina obrigatória escolar e posteriormente enquanto curso de graduação formador de professores licenciados e bacharelados, se fará um apanhado sobre a importância de um curso de licenciatura na Universidade, relacionando-o com valor da Educação Física enquanto disciplina de graduação especificamente da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília.

Com isso, para salientar a discussão, procuraremos entender de maneira breve, o papel de um curso de licenciatura oferecido por uma universidade pública. Nesse sentido, Moiseichyk e Biazús (2002) lembram que a universidade pública tem por fim cultivar e transmitir o saber humano desde os tempos mais remotos, sem deixar de acompanhar as inovações dos processos e estruturas sociais, onde procura sempre adaptar-se às diferentes realidades. Sendo indispensável seu papel de formar indivíduos conscientes sobre sua responsabilidade social.

“A universidade não resolve por si mesma e imediatamente as carências sociais, embora possa contribuir, na esfera que lhe é própria, para o encaminhamento de soluções. Está inscrita na própria idéia de autonomia universitária uma relação mediada com a sociedade”(FRANKLIN, p.298, 2001).

Assim, pensando no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade de Brasília. Pereira (1999) ressalta que compreendendo o papel social agregado a universidade pública percebe-se claro o desafio e o compromisso em formar professores, a partir dos cursos de licenciatura por ela oferecidos, que sejam capazes de responder de maneira qualitativa, aos desafios propostos pela nova conjuntura política e socioeconômica brasileira. Dessa forma estes professores vão atuar de maneira diferenciada, sendo capazes de intervir socialmente na formação dos estudantes da educação básica.

Após ter-se levantado em questão, através de um apanhado histórico sobre a chegada da Educação Física no Brasil, seu caráter inicial e as características dos primeiros profissionais que ministraram esta disciplina nas Escolas e que posteriormente conquistaram seu espaço na Universidade enquanto curso de Graduação, pretende-se focar o olhar para o início do curso de Educação Física na Universidade de Brasília. Para então compreender a partir do currículo oferecido pelo curso, o direcionamento que os futuros professores que compõe o corpo discente da FEF-UnB, estão tomando.

“O Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade de Brasília, fundado em 1974, foi idealizado por professores de Educação Física funcionários da Divisão de Recreação e Esportes da Universidade. Esses professores desenvolviam atividades de treinamento de equipes desportivas e eram encarregados da oferta da disciplina prática desportiva para os estudantes da instituição (cf. Entrevista). Analisando a condição que lhes era dada na Universidade, surgiu a idéia de criação do curso em 1973, sendo autorizado posteriormente por meio do Ato da Reitoria nº 831 (UnB, 1974a) e pela Reunião do Conselho Diretor nº 25/74 (UnB, 1974b). Como departamento da Faculdade de Ciências da Saúde, o curso de Licenciatura



em Educação Física se situava em um contexto composto por outros departamentos, como Medicina Complementar, Medicina Especializada e Medicina Geral e Comunitária” (SUASSUNA, GASPAR E SAMPAIO, p.1,2006).

Observada a data e localizando-a historicamente, nota-se que o curso de Educação Física da Universidade de Brasília oferecido, até então no Departamento de Educação Física localizado na Faculdade de Ciências da Saúde (FS), surge em 1974 após já ter sido publicada pelo Conselho Federal de Educação a Resolução n° 69 que estabelece os mínimos de conteúdo e duração do curso de Educação Física. E como já mencionado anteriormente, este currículo estampava o predomínio das disciplinas da área biomédica, em detrimento das disciplinas pedagógicas. “Paradoxalmente, o curso é de formação de professores, e os conteúdos da pedagogia nunca passaram de mero apêndice no currículo” (OLIVEIRA, p.41,2002).

Vale destacar que além do Curso de Educação Física da UnB já ter nascido sob uma Resolução que o direcionava para uma linha mais biomédica, complementa-se com o fato, conforme citado anteriormente por Suassuna, Gaspar e Sampaio (2006), que o curso de Licenciatura em Educação Física se situava em um contexto composto por outros departamentos, como Medicina Complementar, Medicina Especializada e Medicina Geral e Comunitária. Deparamo-nos então com uma base na área da saúde, que certamente influenciou na formação dos estudantes que estavam sendo formados por pelo menos os próximos oito anos.

Até que o CFE publica uma nova Resolução, a n° 03 de 16 de junho de 1987, que decorre a partir de necessidades e interesses de mudanças significativas na formação do profissional em Educação Física. Pois, como bem se referiram Pereira, Moreira e Nista-Piccolo (apud. FILHO, 2001), o Currículo Mínimo estabelecido pelo CFE na Resolução n°69/69 não agradou a todos. Visto que se alegava que a legislação era muito rígida por conta da determinação de conteúdos mínimos, além de coibir a liberdade e autonomia das Instituições de Ensino Superior – IES, descontextualizava o conhecimento adquirido da realidade educacional, social e cultural vigente.

Então o Curso de Educação Física da UnB passa a seguir a Resolução n° 03/87, que foi publicada oficialmente no Diário Oficial da União no dia 10 de setembro de 1987. Resolução esta que veio a romper com as idéias firmadas pelo Currículo Mínimo. Esta, segundo Anderáos (2005), baseava-se em uma Formação Geral (conhecimentos filosóficos, do ser humano e da sociedade) e uma Formação Técnica (específica da área), além de Aprofundamento de Conhecimentos, o qual seria definido mediante os interesses dos alunos, características do profissional que se desejasse formar e necessidades do mercado de trabalho, a partir de uma integração entre teoria e prática favorecendo a aproximação ao futuro campo de atuação do profissional (MOREIRA, PEREIRA, NISTA-PICCOLO 2007).

Tratando-se, portanto do Departamento de Educação Física, ressaltamos que em 1997 foi transformado em Unidade Acadêmica, denominado Faculdade de Educação Física de Brasília. O currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da UnB, como já mencionado toma como base então, a Resolução n° 03/87. Com isso, passa a ser composto por disciplinas obrigatórias e disciplinas optativas, além do módulo livre. São vinte e sete (27) disciplinas obrigatórias que correspondem às disciplinas básicas da



formação profissional e devem ser cursadas com absoluto proveito por todos os alunos, desse total de disciplinas vinte (20) são oferecidas pela FEF, destaca-se que todas as obrigatórias são consideradas imprescindíveis para a formação geral do professor. Já as optativas, correspondem a um quadro de cento e sessenta e sete (167) disciplinas que o aluno seleciona de acordo com seus interesses de direcionamento da sua formação, desse total de disciplinas a FEF-UnB oferece oitenta e uma (81). Além do módulo livre que o aluno tem direito a vinte e quatro créditos (24), por matérias extras as obrigatórias e optativas. Sendo obrigatório o cumprimento de 194 créditos, com o tempo máximo de permanência na Faculdade de 7 anos.

Nesse ponto (Art. 3º, § 4º) percebe-se que o currículo da FEF-UnB procura atender a Resolução nº 03/87 que segue ao “estabelecer os marcos conceptuais, os perfis profissionais desejados, elaborar as ementas, fixar a carga horária para cada disciplina e sua respectiva denominação, bem como enriquecer o currículo pleno, contemplando as peculiaridades regionais”. Ao analisar o quadro abrangente de disciplinas que os alunos podem optar durante o curso, vista a variedade de disciplinas oferecidas por toda Universidade de Brasília (82 cursos de graduação), pressupõe-se que este aluno poderá formar-se com um currículo rico e pleno. Observa-se pelo número de disciplinas optativas e de módulo livre que os alunos têm a oportunidade de cursar, pela liberdade ao contemplar seu currículo, com disciplinas que respeitem seus desejos e anseios para sua carreira profissional de acordo com suas particularidades culturais e sociais, disciplinas essas que correspondem a praticamente 50% do mínimo exigido para se formar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa perspectiva, procurou-se trazer aspectos que contemplassem o contexto histórico pelo qual a Educação Física passou no Brasil, desde sua inserção na Escola, seu espaço enquanto curso de formador de professores, inicialmente com um currículo mínimo estabelecido e posteriormente a partir das discussões sobre a área em ascendente crescimento, novas resoluções que incentivaram o Conselho Nacional de Educação a formatar as Diretrizes Curriculares Nacionais, em busca de um maior reconhecimento e direcionamento para o curso.

Seguindo então no esforço de atentar-se ao caso da Faculdade de Educação Física de Brasília, que inicia na UnB em um período de forte discussão sobre a Educação Física (em 1974) e permanece com um currículo com base na Resolução criada pelo CFE nº 03, de 16 de junho de 1987. Sendo que após esta Resolução já ocorreram outras modificações curriculares oficiais, que percorrem na tentativa de superação de uma Educação Física que conforme o observado, carrega em suas raízes um caráter mais técnico e menos humano. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais vieram nos mostrar essa tentativa de superação da Educação Física na escola, a partir de novas concepções e aplicações pedagógicas.

Conforme foi visto, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física vieram no sentido de assumir um papel de direcionamento dos currículos de Educação Física no Ensino Superior, onde se pretendia garantir uma base mais forte na formação dos professores que viriam a trabalhar com o ensino fundamental e médio, a



Educação Básica. Já os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física, que não foi muito citado no decorrer do trabalho, pois de fato não era o foco, vieram a complementar as DCN's ao traçar os objetivos da Educação Física na Escola. Acrescentando, o Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza (BSB,1998), afirma que os PCN's viriam a apoiar a reflexão das práticas pedagógicas colaborando no planejamento das aulas, na análise e seleção dos materiais didáticos, salientando assim, discussões para o desenvolvimento do projeto educativo das escolas.

Voltando às diretrizes, Muñoz et. al (2006), afirmam que a discussão sobre as diretrizes traz um debate relacionado com diferentes concepções e abordagens sobre as práticas docentes da educação, as quais refletem tanto na definição de determinados perfis profissionais, quanto na essência das estruturas curriculares almejadas para promover a formação de professores no ensino superior, considerada ideal para o século XXI. Pois, conforme já mencionado, a construção das Diretrizes foi decorrente de uma disputa entre grupos com ideais divergentes que defendem diferentes concepções e práticas profissionais, onde tais discussões resultaram na Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004, que fragmentou o curso em Licenciatura e Bacharelado.

O confronto está relacionado entre o grupo que defende a Licenciatura Ampliada e o grupo que defende a divisão curricular (Licenciatura e Bacharelado). O problema é visto no segundo grupo, o qual avalia que nem todos os profissionais da área precisaram de formação pedagógica, a qual se considera específica para atuar nos sistemas formais de educação (escolas), ou seja os Bacharelados em Educação Física na concepção deste grupo, podem ser dispensados de disciplinas como Didática, Psicologia da Educação, Fundamentos do Desenvolvimento e da Aprendizagem, entre outras obrigatórias no Currículo das Licenciaturas.

No entanto, completa Taffarel; Lacks, (2005) (apud. Muñoz, et. at. 2006)) no sentido de que, numa perspectiva ampliada, o segundo grupo tem discordância por acreditarem que independentemente do campo atuação do profissional de Educação Física (de Educação formal ou informal), se estabelece uma relação científica, pedagógica, técnica, ética, moral e política, que deve nortear o currículo educacional no ensino superior como um todo.

“Não conseguimos captar esta separação na área do movimento humano, do ser que pensa e sente, principalmente porque, tanto para o Bacharel como para o Licenciado, o homem em movimento é seu objeto de estudo”
(CARMO, 1984, p.23; apud. OLIVEIRA, 2002)

O currículo da FEF-UnB ainda é orientado por uma perspectiva de Licenciatura Ampliada, no entanto desde quando foram lançadas as Diretrizes que pautou a divisão curricular, em 2004, foram iniciadas as discussões sobre uma mudança curricular no sentido de nortear esse currículo sob a Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004. Segundo Silva (2010), o atual currículo da FEF-UnB é pautado por uma formação generalista, correspondendo à construção de uma matriz curricular que contempla tanto o domínio de conhecimentos específicos da área, o domínio de conhecimentos pedagógicos quanto o domínio de conhecimentos dos fundamentos para o trato com o conhecimento.



Pensando nos professores que ministram algumas das disciplinas deste currículo, que contemplam estes conhecimentos da formação generalista que a FEF-UnB oferece, tenta-se então relacionar com as 10 entrevistas realizadas com professores, escolhidos aleatoriamente através de sorteio. Para começar levemos o olhar a uma afirmação em comum relacionada à opção de terem escolhido a Educação Física como curso de graduação. Todos decidiram pela Educação Física enquanto prática profissional por carregarem consigo o gosto e a aptidão pelo o Esporte. Porém após a formação no curso de graduação em Educação Física somente 2 (dois) deles de fato continuaram fielmente nesta área e trabalham hoje com ela como professores de graduação. Dos outros 8 (oito), somente 3 (três) iniciaram sua carreira no ramo do Esporte, e os outros 5 já ingressaram na área escolar; hoje estes 8, ministram na graduação disciplinas pertinentes a outras áreas como a da Saúde e a Social.

Outro fato importante de ser ressaltado foi o momento em que ingressaram no curso de Educação Física, que varia desde o ano 1980 até 1992. Momento este em que o Esporte ainda era muito forte. Segundo o Coletivo de Autores (1992), após a Segunda Guerra Mundial, que coincide com o fim do Estado Novo no Brasil, uma das tendências no interior da instituição escolar é o Método da Educação Física Generalizada, que é predominado pela influência do Esporte. (...) “Essa influência do esporte no sistema escolar é de tal magnitude que temos, então, não o esporte da escola, mas sim o esporte na escola.” Sendo assim, pode-se relacionar a escolha por Educação Física destes professores, pela influência forte em que o esporte exerceu sobre eles em seus tempos de escola e que refletiu no rumo que decidiram por seguir na vida adulta (graduação em Educação Física).

Retomando ao quadro de professores, porém numa visão mais geral tendo como base o artigo de Suassuna, Gaspar e Sampaio (2006) pode-se dizer que o posicionamento dos professores pertinente aos seus valores, pensamentos, defesa de interesses referentes à Educação Física, a visão de Universidade podem estar relacionados com a formação continuada. Então, coloquemos em questão o quadro de professores com doutorado, construído em 2006. Era 12 (doze) o número de professores com doutorado, onde o número por área era de 8 (oito) da Área de Saúde, 3 (três) da Área Social e 1 (um) da Área das Exatas. Deparamo-nos então com uma ênfase na área da saúde, a qual reflete no maior número de pesquisas realizadas e publicadas por este curso que legalmente é regido por um currículo de Licenciatura. E Suassuna, Gaspar e Sampaio (2006) colocam ainda, que estas pesquisas da área da saúde são “(...) voltadas para padrões biomédicos, com enfoque quantitativo, utilizando-se da concepção do homem voltada para o aspecto biológico, e tem como estratégias as pesquisas pseudo-experimentais, quase-experimentais, experimentais, surveys, meta-análises correlacionais e estudos de casos”.

Assim, novamente observamos que o caráter biomédico, continua fortemente presente, apesar de seu ápice na história da Educação Física ter sido em meados da década de 30 até o final dos anos 60, segundo Castellani (1992), que complementa que a Constituição de 1937 trouxe em si marcas do Corpo Higiênico eugênico, que no panorama dos anos 30 encontrou campo para se projetar devido a necessidade de corpos fortes e sadios para a defesa da pátria. Porém, apesar ter termos identificado o forte caráter biomédico (Área da Saúde) presente na Licenciatura em Educação Física da



UnB, vale ressaltar conforme citado por Suassuna, Gaspar e Sampaio (2006), que embora se perceba a valor atribuído à saúde como eixo de pesquisas desenvolvidas pelo curso de Licenciatura em Educação Física, deve-se considerar como relevante o espaço conquistado pela área Educação Física, Esporte e Sociedade.

Nesse sentido, após termos encontrado pontos positivos no currículo da FEF-UnB e também tendo a certeza, a partir das considerações e perspectivas curriculares apontadas (historicamente e legalmente) de que a Faculdade diante do tempo em que se vem discutido currículo no Brasil, poderia ter avançado muito mais. Dessa forma, é claro apontarmos que o Currículo da FEF-UnB está atrasado há algum tempo. E vale reforçamos que as discussões curriculares que objetivam uma mudança curricular decorrem há alguns anos, porém está finalmente prevista efetiva mudança para o 1º semestre de 2011, sendo que o novo modelo curricular está disposto no sistema Moodle, onde todo o corpo (docente e discente) da Faculdade tem livre acesso, inclusive para opinar. Lembrando que foi tirada uma comissão pelo Colegiado da Faculdade para tomarem à frente das discussões sobre este currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo de justificar algumas das características do currículo da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília ao longo de sua existência, apresentamos discussões e estudos a cerca da legislação da Educação Física no Brasil por entendê-los essenciais na medida em que esclarece todo o processo evolutivo da disciplina no país, sendo fundamental para a compreensão da função e papel dessa área do conhecimento na sociedade.

Pretendeu-se assim ao longo do trabalho contribuir a partir da história mais geral da Educação Física brasileira, tentar trazer aspectos relevantes da própria história da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, para entender a partir dos currículos que norteiam a formação de professores, da mesma, as possibilidades de conhecimentos que vão direcionar e influenciar nas aulas ministradas na Educação Básica por estes professores, com base nesta formação inicial.

Bem, e se estes novos professores que estão sendo formados pelo atual currículo da FEF-UnB, mesmo com alguns atrasos identificados, estiverem tornando-se capazes de ao lidar com o ensino e aprendizagem da Educação Física de maneira com que seus alunos, se aproximem da concepção referida por Libâneo (SILVA, 2008):

“Aprender Educação Física consiste em pensar e atuar com o movimento corporal, ou seja, interiorizar o modo de pensar e agir motrizmente, corporalmente. Por sua vez, ensinar Educação Física consiste em ajudar o aluno a captar o percurso da investigação sobre o movimento corporal e descobrir o caminho metodológico pelo qual os alunos interiorizam esse percurso, para que aprendam a raciocinar e a agir autonomamente em relação às suas práticas corporais.”

Acredito então, estarmos no caminho.

Desta forma, desejo ter colaborado, a partir das pontuações sobre determinada estagnação no tempo sobre o currículo da FEF-UnB, com uma provocação que origine mais emergentemente uma reformulação curricular para a formação de professores pautada na transformação social.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERÁOS, M. **A reorganização na formação profissional em educação física no Brasil: aspectos históricos significativos**. 2005. 183 p. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

BRASIL, **Resolução nº 69**, de 06 novembro de 1969. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Educação Física. Brasília, 1969.

_____. **Parecer nº 215**, de 11 de março de 1987. Reestruturação dos cursos de graduação em educação física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo. Brasília, 1987.

_____. **Resolução nº 03**, de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília, 1987.

_____. **Parecer 138**, de 03 de abril de 2002. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em educação física. Brasília, 2002.

CASTELLANI, L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1994. 4ª ed.

CASTELLANI, L. Pelos meandros da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, n.3. v.14, p. 119-125, 1992.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo, 1992.

HÚNGARO, E. M. **EDUCAÇÃO POLÍTICA E ESPORTE: Apontamentos Críticos: 5 anos de pesquisa do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esportes e Lazer do Grande ABC/GEPOSEF**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.

FERREIRA, A.C; NETO, S. V. **Políticas Educacionais e currículo de formação de professores de Educação Física: desafios e possibilidades para a organização do trabalho pedagógico**. Pensar a Prática, Vol. 2, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/viewArticle/147>. Acesso em: 25 jul 2010.

LEOPOLDO, F. S. -Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados** n. 15, v. 42, p. 295 – 304, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a15.pdf>> Acesso em: 23 de jul 2010



MARTINS, Vicente. Aspectos jurídico-Educacionais da Constituição de 1967. Professor da UVA e Mestre em Educação pela UFC. Disponível em: <http://www.ufsm.br/direito/artigos/constitucional/cf-67.htm>. Acesso em: 29 jul 2010

MELO, V. A. Educação Física e o Estado Novo (1937 – 1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **EF Desportes**, Buenos Aires, n.115, v. 12, p. 1/1, 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd115/a-educacao-fisica-e-o-estado-novo.htm>. Acesso em: 29 jul 2010.

MOISEICHYK, A. E; BIAZÚS, C. A. O papel da Universidade diante do contexto atual: uma questão de responsabilidade social. II COLOQUION INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA EM AMÉRICA DEL SUR. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002

MUÑOZ, G. H. et al. Reforma curricular dos cursos de licenciatura em Educação Física: contribuições dos professores das redes públicas de ensino. **Pensar a Prática**, Goiânia, n° 02, v. 09, p. 231 – 248, 2006.

OLIVEIRA, E. M. **A organização curricular do curso de graduação em Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia**: novas diretrizes, antigos paradigmas? 2002. 151p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, n.68, v.20, p. 109 - 125, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a06v2068.pdf>. Acesso em: 19 jul 2010.

PEREIRA, R. S.; MOREIRA, E. V.; PICCOLO, V. L. **O impacto das novas Diretrizes Curriculares Nacionais na formação de professores de Educação Física**. Buenos Aires, v. 12, n. 110, p. 1-11, 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd110/formacao-dos-professores-de-educacao-fisica.htm>
Acesso em: 3 mai 2010.

RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito Ético. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 76, v. 22, p. 232-257, 2001

SILVA, M. D. D. **Educação Física, Formação e Universidade**: uma análise da proposta da FEF/UnB. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

SUASSUNA, D; SAMPAIO, J; ASSIS, F. A Educação Física da Universidade de Brasília e a formação de professores: aspectos epistemológicos. **Pensar a Prática**, Goiânia, n. 02, v. 09, p. 197 – 211, 2006.



CONCOCE / CONDICE 2010
IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF
ISSN 2178-485X



UnB. **Graduação presencial.** Disponível em: http://e-groups.unb.br/feffefunb/index.php?option=com_content&task=view&id=31&Itemid=26
Acesso em 29 abr 2010.